

2ª VARA DA COMARCA DE PALMITAL – SP

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO e de intimação do requerido **JOSÉ APARECIDO LEMES** inscrito no CPF sob nº 308.748.079-72, do credor fiduciário **BANCO FINASA S/A, e demais interessados**. O **DR. LUCAS EDUARDO SGUISSARDI ROY**, MMº. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Palmital - SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1º e 2º leilão de bem móvel, virem ou dele tiverem conhecimento e possa interessar, que por este Juízo processam-se os autos de **Execução de Título Extrajudicial** - em que **ANTONIO CARLOS ZULIM** move em face do referido requerido - Processo nº **1001992-34.2019.8.26.0415** - em que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

DO LEILÃO: Os lances serão captados por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.legisleiloes.com.br, **O 1º Leilão terá início no dia 10/11/2026 à partir das 14:05h, e encerramento no dia 13/11/2026 às 14:05h; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, o 2º Leilão, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em 09/12/2026 às 14:05h (ambos no horário de Brasília)**, sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que não inferior a **60%** (sessenta por cento) do valor da avaliação.

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado em que se encontra. A descrição detalhada, as condições de venda do bem a ser apreendido estão disponíveis no site www.legisleiloes.com.br.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O leilão será conduzido pela Leiloeira, **CAMILA TIEMI SANCHES PEREIRA**, JUCESP nº 993, através da plataforma www.legisleiloes.com.br, devidamente habilitada pelo TJ/SP. Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no referido Portal.

DOS DÉBITOS: Cabe a parte interessada a verificação de eventuais débitos sobre o bem. Os débitos de natureza tributária, que se adequem ao disposto no artigo 130 do CTN, de acordo com o parágrafo único deste, irão sub-rogar ao preço da arrematação.

DA RETIRADA: Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à remoção, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s). Para retirar o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo "Mandado de Entrega do Bem". As demais condições obedecerão ao que dispõe o Código de Processo Civil, o Provimento CSM nº 1.625, de 09 de fevereiro de 2.009, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o caput do artigo 335, do Código Penal. Foi nomeado **fiel depositário** do bem o Sr. José Aparecido Lemes, quando da penhora.

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de **5%** sobre o preço a título de comissão à Leiloeira, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável e da Leiloeira, ambas emitidas e enviadas por e-mail. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo determinação judicial.

DO PAGAMENTO PARCELADO: O interessado em oferecer **proposta** de pagamento parcelado, deverá proceder nos termos do art. 895, CPC. Ressalvando-se que nos termos do art. 895, §7º, CPC, o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso. A apresentação de proposta não suspende o Leilão. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

DA VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a alienação direta pelo leiloeiro, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços

mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 (quinze) dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final. Qualquer proposta apresentada será trazida à análise prévia do juízo, necessariamente, e que, caso o prazo deferido para recebimento de propostas decorra sem sucesso, novas datas para leilão serão designadas, tudo em conformidade com o artigo 880 do CPC.

RELAÇÃO DO BEM: Direitos sobre um veículo motocicleta marca Honda, modelo C100 Biz ES, ano de fabricação 2005, ano modelo 2005, cor vermelha, combustível gasolina, Placa AMW7118, Renavam 00858834588.

ÔNUS: Em consulta ao sítio eletrônico que o Detran/PR e Senatran mantém na internet consta: IPVA (R\$ 1.034,41); Licenciamento (R\$ 473,05); Bloqueio por ordem Judicial - Bloqueio Renajud; Alienação Fiduciária - Banco Finasa SA; Restrição 1: Alienação Fiduciária; Restrição 2: Restrição Judicial; Restrição Judiciária: TRANSFERÊNCIA, expedida pela 1ª Vara do Trabalho da Comarca de Assis/SP, no proc. nº 0085900-06.1997.5.15.0036, em 11/01/2012; TRANSFERÊNCIA, expedida pela 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Assis/SP, no proc. nº 200461160015840, em 27/03/2012; TRANSFERÊNCIA, expedida pela 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Assis/SP, no proc. nº 200961160018254, em 22/01/2013; TRANSFERÊNCIA, expedida pela 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Assis/SP, no proc. nº 199961160018507, em 18/03/2013; TRANSFERÊNCIA e LICENCIAMENTO, expedidas pela 1ª Vara do Trabalho da Comarca de Assis/SP, no proc. nº 78000-20.2007.5.15.0036, em 09/09/2015 e 08/06/2016, respectivamente; TRANSFERÊNCIA, expedida pela 2ª Vara do Trabalho da Comarca de Assis/SP, no proc. nº 96500-68.2009.5.15.0100, em 26/10/2016; TRANSFERÊNCIA, expedida nestes autos, em 28/03/2025. Em consulta ao site da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, em 25/08/2026, foram constatados débitos no valor de R\$ 1.034,41 (um mil, trinta e quatro reais e quarenta e um centavos).

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 7.579,00 (sete mil, quinhentos e setenta e nove reais).

Obs.: Cumpre-nos informar que não foi realizada a vistoria do veículo, portanto, não é possível atestar o real estado de conservação do referido bem. Ressaltamos ainda que a avaliação foi feita com base na Tabela FIPE.

Se por qualquer motivo, a intimação pessoal do executado, não for realizada no endereço constante nos autos, incidirá os termos do **art. 274, parágrafo único do CPC**. Se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual, a intimação considerar-se-á feita por meio deste edital. Nos termos do **art. 889, inc. I e parágrafo único do CPC**, caso o(s) executado(s), cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas dos leilões, valerá o presente como **EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO**. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. Palmital/SP, 25 de Agosto de 2026.

DR. LUCAS EDUARDO SGUISSARDI ROY

MMº. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Palmital - SP